



OBSERVATÓRIO DOS SUBNACIONAIS

DISTRITO FEDERAL

INTRODUÇÃO

Dando prosseguimento à série de Fact Sheets publicada pelo Observatório de Atores Subnacionais da Plataforma Socioambiental, esse estudo volta-se à análise das matérias legislativas e ações ambientais verificadas no Distrito Federal (DF), no período entre 2008 e 2019. Essa série de publicações tem como objetivo investigar a contribuição das unidades federativas brasileiras para com a governança policêntrica de clima, dando ênfase às possíveis interconexões provenientes das legislações e iniciativas estabelecidas no âmbito socioambiental na capital do País, com destaque para leis relacionadas às mudanças do clima.

Diferentemente dos estados analisados anteriormente, Amazonas e Rio de Janeiro, para o Distrito Federal, ao longo dos anos analisados, não foi possível identificar um padrão de aumento ou redução da quantidade de matérias legislativas. Enquanto em alguns anos foi verificado um aumento do número de matérias legislativas, em outros anos viu-se uma redução, não podendo falar então de uma agenda socioambiental estar sendo gradualmente construída ou não. Além disso, o estudo também foca na questão socioambiental, por meio da análise das ações socioambientais promulgadas pelos poderes executivo e legislativo do DF. Buscamos compreender quem são os atores responsáveis por elaborar os projetos e decretos legislativos e os decretos executivos que versam sobre temática socioambiental e qual o tratamento dado à temática no período estudado.

METODOLOGIA

De forma a simplificar a análise feita pela equipe e ao mesmo tempo permitir que seja dada maior profundidade possível na pesquisa das matérias legislativas, legislações e decretos do poder Executivo, utilizamos o período entre os anos de 2008 e 2019 como recorte temporal. Com isso, o estudo oferece uma visão ampla de quais assuntos têm sido mais discutidos na câmara legislativa e como a pauta socioambiental tem sido tratada no âmbito do Distrito. Por meio de consulta ao site da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), tivemos acesso às legislações propostas e aprovadas, compreendendo leis e decretos. A partir dessa, utilizamos métodos de estudo qualitativos e quantitativos, para não só contabilizar os projetos, leis e decretos promulgados no período, mas para entender quem são os atores envolvidos nessas proposições e quais os temas que elas se dedicam.

O estudo levou em conta o exame de Leis em vigor, Decretos do Poder Executivo, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar e Projetos de Resolução ano por ano na CLDF. A partir desse exame, foram selecionadas aquelas que tinham relação direta com a agenda socioambiental – que abordavam como assuntos principais as mudanças climáticas, sustentabilidade, gestão de resíduos, educação ambiental, entre outros. Por fim, os dados analisados foram processados em observações e comentários que estarão expostos na próxima seção.

AS DISCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS EM PAUTAS LEGISLATIVAS

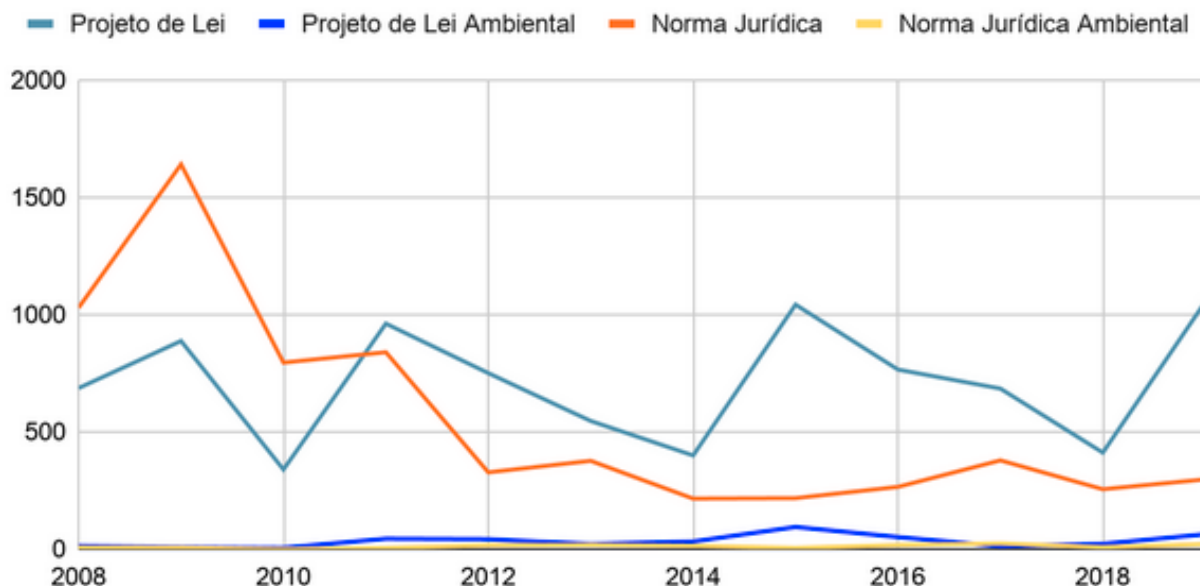
TABELA 1: Elaboração própria a partir dos dados consultados no site da Câmara Legislativa do Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL						
ANO	NORMAS JURÍDICAS	PROJETOS DE LEI	% PL's APROVADOS	NORMAS JURÍDICAS AMBIENTAIS	PL's AMBIENTAIS	% PL's AMBIENTAIS APROVADOS
2008	1029	686	150%	7	13	53,84%
2009	1640	887	184,89%	6	8	75%
2010	795	339	234,51%	0	5	0%
2011	839	961	87,30%	5	44	11,36%
2012	327	750	43,60%	16	42	38,09%
2013	376	546	68,86%	18	21	85,71%
2014	215	399	53,88%	14	32	43,75%
2015	217	1041	20,84%	5	93	5,31%
2016	265	765	34,64%	17	51	33,33%
2017	378	684	55,26%	24	12	200%
2018	255	1154	62,04%	8	22	36,36%
2019	297	2250	28,17%	21	63	33,33%

Fonte: Site da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acessado em novembro de 2020.

Gráfico 1: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1

Dados legislativos ambientais para os últimos três mandatos legislativos



Fonte: Site da Câmara Legislativa do Distrito federal, acessado em dezembro de 2020

Ao analisar os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1 em conjunto, algumas inferências podem ser feitas, a começar pelo visível declínio dos números de normas jurídicas para o período. Em 2008, as normas passaram de mil e caíram mais que a metade já em 2012, permanecendo abaixo desse patamar até 2019.

Esse cenário pode indicar que mais projetos têm ficado represados na Câmara Legislativa, demorando muito para concluir a tramitação – a julgar pelo fato que, a partir de 2011, o número de projetos de lei esteve sempre maior que o número de normas jurídicas aprovadas –, ou que muitos projetos propostos têm sido rejeitados pela casa em alguma de suas etapas.

Isso provoca dois questionamentos: primeiro, quais os motivos por trás da demora da tramitação dos projetos e, segundo, qual a aderência desses PL's na casa, com qual apoio eles contam.

Aponta-se também a ausência de regularidade numérica das proposições de PL's e leis aprovadas em matéria ambiental. Os números oscilam bastante, chegando a aumentar muito de um ano para outro, mantendo certa estabilidade por um ano para depois perder a regularidade. Isso pode apontar que a agenda ambiental não é um tema que tenha recebido atenção contínua durante os mandatos dos parlamentares, ou até mesmo dentro de um mandato, ou mesmo, as proposições aparecerem dentro de um cenário conjuntural específico.

Importante destacar o período 2015, de longe o ano com maior número de PL's ambientais para todo o período estudado. São 93 PL's propostos em um único ano somente na pauta de meio ambiente, em um dos anos com maior número de PL's propostos em geral. O que levanta a seguinte pergunta: o que faz de 2015 diferente de todos os outros anos? Em termos do Distrito Federal em si, uma pesquisa nas notícias daquele ano mostram que foi um ano marcado por problemas de abastecimento de água, no fornecimento de energia elétrica, recordes de temperaturas altas e, em termos da agenda ambiental internacional, tivemos a assinatura do Acordo de Paris no final do ano.

Deve-se levar em consideração as categorias mais abordadas neste ano dentre os 93 projetos ambientais apresentados em 2015, 14 eram relacionados ao consumo sustentável, 11 ao gerenciamento de resíduos sólidos e 11 ao saneamento. Além disso, dos 14 projetos dedicados à temática climática, entre 2008 e 2019, 5 foram propostos em 2015.

Quadro 1: Ações ambientais desenvolvidas pelo Distrito Federal

- Criação das **Unidades de Conservação** Parque Bosque dos Tribunais, Parque Ecológico Olhos d'Água, Floresta Distrital dos Pinheiros, Parque Ecológico Sementes do Itapoã, Parque Distrital Ezechias Heringer, Parque Distrital Salto do Tororó, nos anos de 2009, 2012, 2017, 2014, 2016 e 2015 respectivamente.
- **Programa Recupera Cerrado**
- **Protocolo de Monitoramento da Recomposição da Vegetação Nativa no Distrito Federal**
- **Inventários de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases do Efeito Estufa (GEE) no Distrito Federal**
- **Estudos de projeções de mudanças do clima para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE**
- **Plano de Adaptação**
- **Plano de Mitigação**
- **Câmara Técnica de Mudança do Clima**

Ao analisar a agenda ambiental no Distrito Federal, é possível perceber uma variedade de ações adotadas, concentradas em eixos que se dividem entre Ações sobre Biodiversidade, Ações voltadas para o Cerrado e Florestas e Ações sobre Clima. A temática da biodiversidade é tratada na esfera da criação de Unidades de Conservação, compreendendo todos os mandatos estudados e tendo partido quase que em sua totalidade do Poder Executivo por meio de decretos. As ações voltadas para o Cerrado e Floresta focam na recuperação do Cerrado com gerência da Secretaria de Meio Ambiente em conjunto com o Instituto Brasília Ambiental e na recuperação de vegetação nativa do Distrito Federal, que também envolve a vegetação do Cerrado.

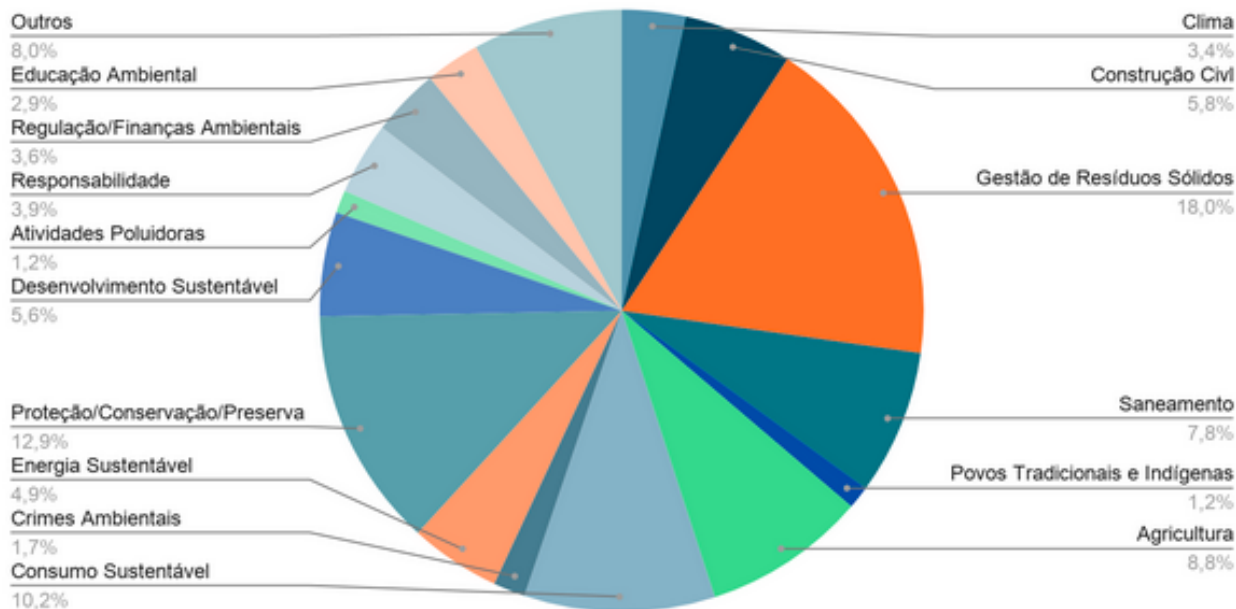
**“DENTRE OS 93 PROJETOS
AMBIENTAIS APRESENTADOS
EM 2015, 14 ERAM
RELACIONADOS AO CONSUMO
SUSTENTÁVEL, 11 AO
GERENCIAMENTO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS E 11 AO
SANEAMENTO”**

Quanto às ações sobre clima, o Inventário de Emissões foi elaborado em 2016 contemplando dados de 2005 a 2012. O inventário foi uma construção da Secretaria de Meio Ambiente do DF e da Secretaria de Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, com a consultoria da Waycarbon. O estudo de projeções elaborado no âmbito do GEF/CITInova realizou projeções para os períodos 2011 a 2040, de 2041 a 2070 e de 2071 a 2099, tomando o período entre os anos de 1961 a 1990 como referência.

Quanto aos planos de adaptação e mitigação, o site da Secretaria de Meio Ambiente contém abas dedicadas a eles, porém não oferece informações sobre o andamento de tais planos e sobre as ações previstas e executadas o que levanta o questionamentos sobre se esses planos sequer chegaram a sair do papel e qual a efetividade das ações que vêm sendo tomadas pela Secretaria no que diz respeito a esses dois tópicos. A ação mais recente tratando do clima se refere a criação da Câmara Técnica em 2019, por meio de uma resolução, objetivando o estudo, análise e proposição de diretrizes e orientações técnicas relacionadas à mudança do clima. A Câmara teve seus membros designados em maio e junho de 2020, porém não ocorreu nenhuma reunião até o momento, o que indica uma paralisação da agenda.

Gráfico 2: Elaboração própria a partir dos dados coletados do site da Câmara Legislativa do Distrito Federal

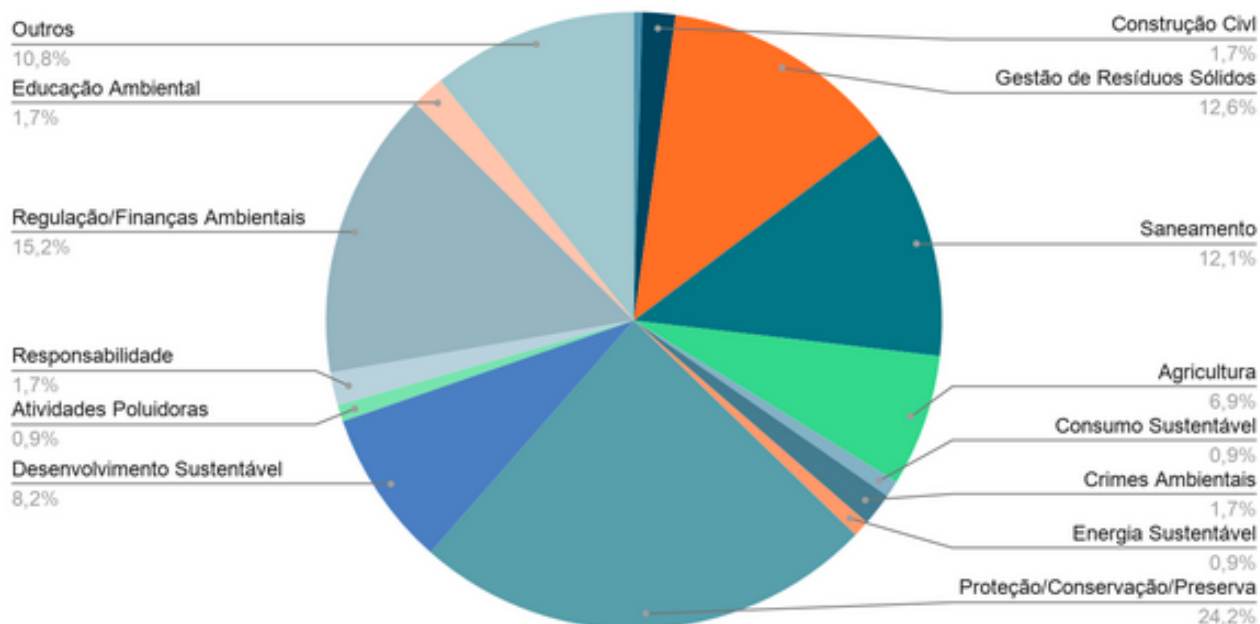
Projetos de Leis Ambientais



Fonte: Site da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acessado em novembro de 2020

Gráfico 3: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Decretos do Executivo do DF



Fonte: Site da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acessado em novembro de 2020

Uma análise conjunta dos gráficos 2 e 3 fornece alguns elementos para debate sobre quais os temas receberam maior atenção pelos poderes Legislativo e Executivo dentro da temática socioambiental. Os três temas de maior influência no Legislativo foram a gestão de resíduos sólidos, a proteção/conservação/preservação ambiental e o consumo sustentável. Já no Executivo, foram os de proteção/conservação/preservação ambiental, de regulação/finanças ambientais, de gestão de resíduos sólidos e de saneamento. As convergências entre os temas mais tratados indicam que nesses pontos as agendas são complementares e se alinham visando maximizar as ações, as divergências por sua vez mostram que o Executivo enxerga outras pautas como prioritárias ou que por vezes atendam melhor aos seus interesses.

**“ AS CONVERGÊNCIAS
ENTRE OS TEMAS MAIS
TRATADOS INDICAM QUE
NESSES PONTOS AS
AGENDAS SÃO
COMPLEMENTARES E SE
ALINHAM VISANDO
MAXIMIZAR AS AÇÕES ”**

Com relação ao perfil dos deputados distritais que mais tiveram envolvimento na elaboração de projetos de Lei, destacam-se: Joe Valle, Rodrigo Delmasso e Luzia de Paula.

O ex-deputado distrital Joe Valle tem formação em engenharia florestal pela Universidade de Brasília e foi um dos fundadores do Rede Sustentabilidade, em 2013, mesmo não se filiando ao partido. Ele também foi presidente da Câmara Distrital de 2017 até o final de seu mandato em 2018. O parlamentar foi responsável pela elaboração de 44 projetos de leis ambientais, tendo 22 deles aprovados, durante o período de 2011 a 2019. Em relação às temáticas dos PL's, seu foco principal foi em gestão de resíduos sólidos, proteção/conservação/preservação ambiental, consumo sustentável e agricultura. Valle também foi autor de 3 dos 5 PL's identificados na categoria de povos tradicionais e indígenas, sendo 2 sobre bancos comunitários de sementes e cultivares locais e tradicionais (que não foram aprovados) e 1 sobre o Plano de Medicina Natural e Práticas Complementares do SUS (este aprovado).

Mesmo sendo o deputado que mais teve PL's ambientais promulgados, Valle não continuou atuando politicamente e em 2018 deixou de concorrer para governador do Estado para focar em seus negócios (CB Poder, 2018). O ex-parlamentar tem uma produtora de hortaliças orgânicas, uma das maiores da América Latina.

O deputado distrital Rodrigo Delmasso, conhecido como Delmasso apenas, é pastor e formado em gestão pública. De 2011 a 2014, foi subsecretário de Administração Geral da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, sendo responsável pela sua gestão financeira e orçamentária. O parlamentar foi o que mais apresentou projetos de lei ambientais, contabilizando 52 PLs apresentados de 2015 até 2019. A maioria dos projetos (33 PL's no total) ainda estão em tramitação na Casa Legislativa, enquanto apenas 5 foram aprovados e se tornaram leis até a publicação do estudo. Em relação aos temas desses projetos de lei, muitos projetos estão dentro da categoria de proteção/conservação/preservação ambiental (18 PL's no total), com destaque também para sua atuação no tema de desenvolvimento sustentável.

Já Luzia de Paula é professora formada e deputada distrital, assumindo sua terceira legislatura seguida em outubro de 2020 (Alves e Yoshimine, 2020). Durante os anos de 2011 a 2018, a parlamentar apresentou 40 projetos de leis ambientais, dentre os quais 3 foram vetados e somente 7 foram aprovados e se tornaram leis distritais. Seus PL's tiveram maior destaque nos temas de proteção/conservação/preservação ambiental, consumo sustentável, gestão de resíduos sólidos, desenvolvimento sustentável e construção civil. Ela é autora de 1 dos 5 PL's identificados na categoria de povos tradicionais e indígenas, sendo esse sobre a criação de um banco de dados de sementes e de mudas.

Em relação aos deputados distritais que apresentaram PL's ambientais e que também estão envolvidos com crimes ambientais, encontramos apenas

José Matildes Batista – conhecido como Batista das Cooperativas. Batista é administrador de cooperativas habitacionais e foi deputado distrital durante o mandato de 2007-2011. Segundo reportagem do Correio Braziliense (Soares, 2017), o ex-parlamentar responde na Delegacia de Meio Ambiente (Dema) por crime ambiental, todavia, não conseguimos encontrar informações sobre o processo.

Sobre os governadores do Distrito Federal, a partir de nossa análise, percebemos que o poder executivo durante o período de 2008-2019 realizou mais ações de cunho ambiental por meio de decretos do que pelos projetos de lei. Observando as atividades legislativas e executivas dos governadores (os que foram eleitos nas eleições estaduais dos anos de 2006, 2010, 2014 e 2018), a diferença é grande entre os números de decretos apresentados e os projetos de lei produzidos – em alguns casos apresentando 8x mais decretos do que PL's.

Durante o período de 2008 a março de 2010 (quando teve seu mandato cassado), José Roberto Arruda apresentou 4 PL's e 35 decretos relacionados à temática ambiental. Já Agnelo Queiroz, o governador eleito em 2010, apresentou 27 PL's e 83 decretos de 2011 a dezembro de 2014. Rodrigo Rollemberg, que governou no mandato 2015-2019, apresentou 14 PL's e 85 decretos. Por fim, o atual governador Ibaneis Rocha produziu 9 PL's e 12 decretos do executivo no ano de 2019. Isso poderia apontar uma preferência dos governadores por legislar sobre as questões ambientais por meio de mecanismos com menos discussão entre os parlamentares, isto é, por meio dos decretos, que têm validade e execução imediata.

Pelos dados apresentados, percebe-se que o ex-governador Agnelo Queiroz foi o que mais produziu projetos de lei e decretos do executivo de cunho ambiental, merecendo destaque em nossa análise. Ele é formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia e foi presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. O ex-governador não teve nenhuma

**“ ISSO PODERIA APONTAR UMA
PREFERÊNCIA DOS GOVERNADORES
POR LEGISLAR SOBRE AS QUESTÕES
AMBIENTAIS POR MEIO DE
MECANISMOS COM MENOS DISCUSSÃO
ENTRE OS PARLAMENTARES, ISTO É,
POR MEIO DOS DECRETOS, QUE TÊM
EXECUÇÃO IMEDIATA ”**

experiência profissional na área de Meio Ambiente, no entanto, reafirmou a importância dessa temática em uma entrevista para a Agência Brasília e disse que preservar o ambiente é “fonte de vida” (SECOM-DF, 2012). Além disso, durante a Rio+20, Agnelo levou para a conferência os projetos que estavam em desenvolvimento no Distrito Federal e que fariam deste um exemplo de sustentabilidade, afirmando que:

Brasília é referência em preservação do meio ambiente. Temos um dos melhores índices de desenvolvimento humano. Com o projeto Brasília, Cidade Parque, de preservação e criação de 72 parques até 2014, retomamos o conceito de Lucio Costa, de uma cidade com muita qualidade de vida. Isso com recursos de compensação ambiental e florestal, parcerias com a área privada. (Redação Agência Brasília, 2012)

Dos 27 projetos de lei na área ambiental pelos quais é responsável, durante o período de 2011 à 2014, 25 deles foram aprovados e transformados em leis distritais. Ele também apresentou 83 decretos de cunho ambiental, mais que o triplo dos PL's que produziu no mesmo período.

Vale ressaltar que no ano de 2020 o ex-governador foi condenado por prática de “pedalada fiscal” durante seu governo e foi alvo de mandados de busca e apreensão pela Polícia Civil por acusação de pagamento de propina como condição para um contrato de compra de leitos hospitalares também durante seu mandato como representante distrital. Ademais, foi acusado e investigado por suspeita de fraude na obra do estádio Mané Garrincha, criado para a Copa do Mundo em 2014 (MANÉ GARRINCHA ..., 2020). Durante os anos de 2011 e 2012, após ter deixado seu posto como diretor da Anvisa (de 2007 a 2010), também foi alvo de investigação por suposto favorecimento de um laboratório farmacêutico no período em que esteve à frente do órgão. Todavia, foi posteriormente inocentado a partir de investigação interna da Anvisa (Militão, 2012).

“DURANTE A RIO+20, AGNELO QUEIROZ LEVOU PARA A CONFERÊNCIA OS PROJETOS QUE ESTAVAM EM DESENVOLVIMENTO NO DISTRITO FEDERAL E QUE FARIAM DESTA UM EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE”

PRINCIPAIS DESCOBERTAS

- Redução da aprovação dos PL's a partir de 2012
- Maior número de PL's ambientais em 2015, possivelmente explicado pela influência do Acordo de Paris e pelos problemas ambientais enfrentados pelo DF naquele ano
- As ações socioambientais desenvolvidas pelo DF são concentradas em quatro eixos: Ações sobre Biodiversidade, Ações voltadas para o Cerrado e Florestas e Ações sobre Clima, e na maioria dos casos são expedidas pelo Poder Executivo
- Temas mais tratados pelo legislativo no período estudado foram a gestão de resíduos sólidos, a proteção/conservação/preservação ambiental e o consumo sustentável, já no executivo foram a proteção/conservação/preservação ambiental, a regulação/finanças ambientais, a gestão de resíduos sólidos e o saneamento
- Alguns parlamentares se destacaram pela sua atenção nas questões ambientais no período estudado, Joe Valle, Rodrigo Delmasso e Luzia de Paula
- Os governadores eleitos dentro do período de 2008 a 2019 realizaram mais ações de cunho ambiental por meio dos decretos executivos do que por meio de projetos de lei

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o terceiro ente da federação estudado, a coleta de e interpretação dos dados comparados forneceu insumos para avaliar as questões envolvendo a transparência dos dados da Câmara Legislativa, uma vez que o site da Câmara Legislativa do DF acerta ao apresentar todas as informações de projetos e leis em tramitação e promulgados, porém ainda falha na compartimentalização das informações, o que não é prático para o upload de dados pelos servidores e principalmente para a coleta de dados para pesquisas e apreciação.

Voltando a atenção especificamente para o Distrito Federal, pode-se perceber que a agenda ambiental não é uma das prioridades do legislativo por períodos prolongados, dentro de um mandato os números de projetos de lei variam muito e entre mandatos a variação é ainda maior. Um dado que os números evidenciam é que no ano de grandes crises de abastecimento no Distrito, o legislativo atuou de forma a atacar esse problemas, porém pode se questionar se as ações promulgadas foram efetivas ou não. E se não foram propostas colocadas tarde demais, de forma a responder anseios da população para problemas que poderiam ter sido resolvidos antes. Além disso, foi possível perceber uma aparente diminuição da aprovação dos PL's a partir de 2012, ou em virtude de um represamento dos projetos na casa ou de uma maior rejeição e arquivamento destes, e nenhuma das hipóteses pode ser facilmente comprovada devido ao expressivo número de projetos propostos a cada ano.

Assim como nos demais estados estudados, é possível perceber que a agenda climática é executada com maior expressão e efetividade pelo Poder Executivo do que pelo Legislativo. Um destaque deve ser feito ao fato que, apesar de ser um dos poucos entes federativos que falam claramente em planos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, não há

quaisquer informações sobre o andamento desses planos, os responsáveis por sua implementação, em qual fase estão ou o que já foi feito até o momento.

O que foi possível perceber em relação ao Distrito Federal é que se tenta expor o maior número de dados possíveis, falhando somente na maneira como os dados são apresentados. O Distrito também reflete algumas tendências observadas em outros estados em relação à proeminência do executivo em ações climáticas e em algumas falhas na transparência. Apesar de alguns acertos, o Distrito Federal ainda precisa consolidar sua agenda ambiental e climática de forma expressiva dentro do legislativo, e melhorar a exposição e transparência de seus dados disponíveis no site da Câmara Legislativa.

“O PERFIL DOS PARLAMENTARES RESPONSÁVEIS PELOS PL’S ESTUDADOS É O MAIS DIVERSO, E APESAR DA MAIORIA DELES NÃO TRATAR DO MEIO AMBIENTE COMO TEMA PRINCIPAL DA SUA AGENDA, VÁRIOS APRESENTARAM PROJETOS TRATANDO DO TEMA, COM EXPRESSIVIDADE”

NOTAS

[1] Matéria do site de notícias G1 do Distrito Federal (2020).

[2] Informação retirada de matéria do Jornal Nacional (2020).

FONTES

ALVES, Pedro & YOSHIMINE, Rita. “Luzia de Paula assume vaga na Câmara Legislativa do DF”, G1, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/16/distrital-luzia-de-paula-assume-vaga-na-camara-legislativa.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

EX-GOVERNADOR AGNELO QUEIROZ é condenado pela prática de “pedalada fiscal”. G1 DF, Brasília, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/12/ex-governador-do-df-agnelo-queiroz-e-condenado-pela-pratica-de-pedalada-fiscal.ghtml>>. Acesso em 03 dez. 2020.

EX-GOVERNADOR DO DF Agnelo Queiroz, do PT, é alvo de mandados de busca e apreensão. Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/23/ex-governador-do-df-agnelo-queiroz-do-pt-e-alvo-de-mandados-de-busca-e-apreensao.ghtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL (IBRAM). Eu Amo Cerrado, 2019. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.euamocerrado.com.br/#/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MADER, Helena. “Cotado para o governo e para o Senado, Joe Valle desiste de se candidatar em 2018: ‘Vou me reconectar à terra’”. CB Poder (Blog do Correio Braziliense, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/cotado-para-gdf-e-senado-joe-valle-desiste-de-ser-candidato/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARQUEZ, Marina. “Joe Valle responde por improbidade junto com Agaciel Maia”. Poder no Quadrado, Brasília, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.podernoquadrado.com/2018/02/28/joe-valle-responde-por-improbidade-junto-com-agaciel-maia/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MANÉ GARRINCHA: TJDFt mantém ação de improbidade contra o ex-governador Agnelo Queiroz (PT). Jornal de Brasília, Brasília, 01 out. 2020. Cidades. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/mane-garrincha-tjdft-mantem-acao-de-improbidade-contra-o-ex-governador-agnelo-queiroz-pt/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MILITÃO, Eduardo. “Sindicâncias apontam irregularidades na Anvisa, mas inocentam Agnelo”. Congresso em Foco, Brasília, 16 jun. 2012. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/sindicancias-apontam-irregularidades-na-anvisa-mas-inocentam-agnelo/>>. Acesso em 03 dez. 2020.

REDAÇÃO AGÊNCIA BRASÍLIA. “Governador apresenta projetos ambientais do DF na Rio+20”. Agência Brasília, Brasília, 19 jun. 2012. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2012/06/19/governador-apresenta-projetos-ambientais-do-df-na-rio20/>>. Acesso em 09 dez. 2020.

SECOM-DF. “Meio ambiente preservado é fonte de qualidade de vida”. Agência Brasília, Brasília, 01 mai. 2012. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2012/05/01/meio-ambiente-preservado-e-fonte-de-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SOARES, Tiago. Cooperativas Habitacionais do DF são acusadas de calote por 400 pessoas. Correio Braziliense, Brasília, 15 fev. 2017. Cidades. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/15/interna_cidadesdf,573755/cooperativas-habitacionais-sao-confiaveis.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2020.

OBSERVAÇÃO

O estudo de caso do Distrito Federal faz parte do projeto de pesquisa do Observatório dos Subnacionais, da Plataforma Socioambiental, em andamento desde fevereiro de 2020. Este documento foi publicado em janeiro de 2021.

Estudo escrito e produzido por Beatriz Mattos, Carolina Alves, Maria Beatriz Peixoto Mello e Priscilla Papagiannis.